

**Renovapar S.A. -
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2022

Índice

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
4. DESPESAS.....	12
5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13
6. EVENTO SUBSEQUENTE.....	13

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em Reais

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTES			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3		
Caixa e equivalentes de caixa	100	100	Capital social		235.682	235.682
			Recursos para futuro aumento de capital		12.568	2.202
			Prejuízos acumulados		(248.150)	(237.784)
			Total do patrimônio líquido		100	100
TOTAL DOS ATIVOS	<u>100</u>	<u>100</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>100</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS			
Gerais e administrativas	4	(10.366)	(2.644)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(10.366)</u>	<u>(2.644)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído	3.3	(0,04)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em Reais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(10.366)	(2.644)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(10.366)</u>	<u>(2.644)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	Capital social	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		22.974	-	(235.140)	(212.166)
Aumento de Capital		212.266	-	-	212.266
Recursos para futuro aumento de capital		-	2.644	-	2.644
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		442	(442)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(2.644)	(2.644)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>235.682</u>	<u>2.202</u>	<u>(237.784)</u>	<u>100</u>
Recursos para futuro aumento de capital	3.2	-	10.366	-	10.366
Prejuízo do exercício		-	-	(10.366)	(10.366)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3	<u>235.682</u>	<u>12.568</u>	<u>(248.150)</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(10.366)	(2.644)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(10.366)</u>	<u>(2.644)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos para futuro aumento de capital	3.2	<u>10.366</u>	<u>2.644</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>10.366</u>	<u>2.644</u>
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100	100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		100	100
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renovapar S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada, organizada sob a forma de subsidiária integral da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Grupo Renova. Constituída em 4 de fevereiro de 2013, a Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias – São Paulo, que tem por objeto social a participação em outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta ou indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui participação societária (1 ação/ quota) nas seguintes empresas do Grupo Renova:

PCH	% participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Energética Serra da Prata S.A. ¹	-	0,00000114%
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	0,00000268%	0,0000027%

Eólico	% participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	0,00000005%	0,00000005%
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	0,00000005%	0,00000005%
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	0,00000075%	0,00000075%
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	0,00000097%	0,00000097%
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	0,00000180%	0,00000180%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	0,00000081%	0,00000081%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	0,00000156%	0,00000156%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	0,00000087%	0,00000087%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	0,00000076%	0,00000076%
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	0,00000100%	0,00000100%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	0,00000071%	0,00000071%
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	0,00000075%	0,00000075%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial	0,00000093%	0,00000093%
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000144%	0,00000144%
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	0,00000086%	0,00000086%
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	0,00000077%	0,00000077%
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	0,00000102%	0,00000102%
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	0,00000124%	0,00000124%
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	0,00000110%	0,00000110%
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000080%	0,00000080%
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	0,00000096%	0,00000096%
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	0,00000102%	0,00000102%
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	0,00000107%	0,00000107%
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000088%	0,00000088%

- Continua -

- Continuação –

Eólico	% participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial	0,00000081%	0,00000081%
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000129%	0,00000129%
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	0,00001063%	0,00001063%
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	0,00000487%	0,00000487%
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	0,00003627%	0,00003627%
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	0,00002072%	0,00002072%
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	0,00000502%	0,00000502%
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	0,00000391%	0,00000391%
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	0,00001175%	0,00001175%
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	0,00000531%	0,00000531%
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	0,00001268%	0,00001268%
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	0,00000565%	0,00000565%
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	0,00000426%	0,00000426%
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	0,00000460%	0,00000460%
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	0,00000575%	0,00000575%
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	0,00001319%	0,00001319%
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	0,00001703%	0,00001703%
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	0,00002638%	0,00002638%
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	0,00000743%	0,00000743%
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	0,00000613%	0,00000613%
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	0,00000489%	0,00000489%
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	0,00000807%	0,00000807%
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	0,00000065%	0,00000065%
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	0,00002049%	0,00002049%
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	0,00000041%	0,00000041%
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	0,00000616%	0,00000616%

Holding	% participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial ²	-	0,000001%
SF 120 Participações Societárias S.A.	0,000008%	0,000008%

Nota 1: empresa alienada em 06 de junho de 2022, pela controladora Renova Energia.

Nota 2: empresa incorporada pela controladora Renova Energia em 14 de julho de 2022. Essa empresa foi extinta e sucedida pela controladora Renova Energia em todos os seus ativos, passivos, bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins.

1.1. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, as atas da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$10.366 (2021, R\$2.644), possui prejuízos acumulados de R\$248.150 (2021, R\$237.784) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos.

Em dezembro de 2022, o Grupo Renova concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com seus parques em operação comercial, a Administração da Companhia entende que terá os recursos necessários para honrar com os compromissos do Grupo Renova.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em reais, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a

obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$235.682 e está dividido em 235.681 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

4.2 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$10.366 (2021, R\$2.644), dos quais R\$442 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$12.568, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.3 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(10.366)	(2.644)
Prejuízo básico e diluído por ação		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis	<u>235.681</u>	<u>188.423</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,04)</u>	<u>(0,01)</u>

4. DESPESAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	9.199	2.024
Impostos e taxas	<u>1.167</u>	<u>620</u>
Total	<u>10.366</u>	<u>2.644</u>

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir, sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(10.366)	(2.644)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(214.258)</u>	<u>(211.614)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(224.624)</u>	<u>(214.258)</u>

6. EVENTO SUBSEQUENTE

6.1 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

6.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

6.3 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da

Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.